

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Ministro de Estado da Cultura

Roberto João Pereira Freire

Secretário da Economia da Cultura

Mansur Bassit

**Diretora do Departamento
de Estratégia Produtiva**

Ana Letícia Fialho

**Diretor Interino do Departamento
de Sustentabilidade e Inovação**

Thalles Rodrigues de Siqueira

**Coordenador-geral de
Pesquisa e Novos Modelos**

Geraldo Horta

Equipe Técnica

Andrey do Amaral dos Santos, Luana Pires

Micaele Pinheiro dos Santos Nascimento,

Tiago Rocha Gonçalves de Canha

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Superior CEGOV

Ana Maria Pellini, Ario Zimmermann, José
Henrique Paim Fernandes, José Jorge Ro-
drigues Branco, José Luis Duarte Ribeiro,
Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel
Demarco, Fabiano Engelmann, Hélio
Henkin, Leandro Valiati, Lúcia Mury
Scalco, Luis Gustavo Mello Grohmann,
Marcelo Soares Pimenta, Marília Patta
Ramos, Vanessa Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza, Marco
Cepik

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS

© dos autores
1ª edição: 2015

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Fernando Preusser de Mattos

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Gabriel Thier, Tiago Oliveira Baldasso.

Capa: Liza Bastos Bischoff

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a
Administração Pública Federal são de exclusiva responsabilidade
dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos,
desde que citada a fonte.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C575 Ciência, identificação e tecnologias de governo [recurso eletrônico] / organizadoras
 Claudia Fonseca [e] Helena Machado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS
 /CEGOV, 2015.
 238 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Antropologia. 2. Política. 3. Direito. 4. Genética Forense. 5. Perícia Forense. 6.
Administração pública. 7. Ciência – Mecanismo de identificação civil e criminal –
Tecnologias de Governo. 8. Redes sócio-técnicas – Tecnologia de identificação civil e
criminal – Práticas burocrático-estatais – Administração pública. I. Fonseca, Cláudia.
II. Machado, Helena. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de
Estudos Internacionais sobre Governo. IV. Série.

CDU 572:35:343.98

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0507-2



A BIOGRAFIA DOS DOCUMENTOS: UMA ANTROPOLOGIA DAS TECNOLOGIAS DE IDENTIFICAÇÃO

CLAUDIA FONSECA

Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Doctorado en Antropologia Social da Universidad Nacional de San Martín. Seus interesses de pesquisa incluem parentesco, gênero, ciência e direito, com ênfase particular nos temas de direitos humanos e tecnologias de governo.

LÚCIA SCALCO

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atua nos seguintes temas: classes populares, juventude, inclusão digital e consumo. Atualmente pesquisa a aplicação de políticas públicas para o combate à fome e à pobreza.

Documentos de identidade pessoal não são, em geral, considerados objeto de fascínio. De fato, constam entre os artefatos mais naturalizados (e menos questionados) da modernidade. Os historiadores foram pioneiros no estudo desses documentos, vasculhando as origens dos suportes administrativos do estado moderno (GINZBURG, 1990; CAPLAN; TORPEY, 2001). Apesar da inegável contribuição dos estudos históricos das tecnologias de identificação, a ênfase nas *práticas e efeitos* da tecnologia – típica da antropologia e de certa vertente de estudos da ciência – nos inspira a ir além dos tropos usuais de inovação/resistência/aceitação (VON SCHNITZLER, 2013). Rompendo com qualquer ilusão de uma história linear, vemos a “evolução” dessas tecnologias como resultado de negociações políticas, filosofias de governo e economias morais de grande complexidade (JASANOFF, 2004; LATOUR, 2005).

Nos anos recentes, pesquisadores têm despertado para o uso particular de passaportes no controle de migrações transnacionais. E, à base de suas indagações, estamos aprendendo a estranhar a atribuição – em certos casos, nada sistemática – de nacionalidade a um indivíduo e não outro (BAKEWELL, 2007; JARDIM, 2012). Nosso interesse aqui, porém, não diz respeito diretamente a passaportes, nem a deslocamentos geográficos e, sim, aos documentos de identificação civil. Em particular, pretendemos refletir sobre os documentos pessoais necessários para desfrutar dos serviços públicos e aceder aos benefícios de políticas sociais tais como a distribuição emergencial de alimentos ou de transferências condicionadas de renda (DONOVAN, 2013).

Esse tema abre diversos caminhos de investigação. Abre a “caixa preta” não só das diferentes técnicas de identificação, envolvendo fotos, impressões digitais, perfis genéticos e outras formas de biometria (MAGUIRE, 2009). Também nos instiga a pensar como essas técnicas são desenvolvidas; como as informações que produzem são organizadas e acessadas para responder a certas demandas de governo; e quais os efeitos das *práticas* (especialmente burocráticas) de identificação para os indivíduos e coletividades enquadrados por elas. Pretendemos nos concentrar, neste capítulo, nessa última questão. Se, por um lado, é importante pensar sobre a produção e produtores dos sistemas de informação, por outro, não queremos deixar em silêncio os *efeitos* dessa produção no que diz respeito às subjetividades cidadãs.

No Brasil, Mariza Peirano (2006) é pioneira no tipo de investigação que examina tanto a produção como os significados dos documentos. Tal como essa autora, não pretendemos reproduzir uma polarização estereotípica entre o subjetivo e o administrativo. Tampouco queremos endossar qualquer oposição no estilo “estado racional *versus* criatividade popular”¹. Inspirados num certo tipo de estudos de ciência e tecnologia (EST), queremos examinar os documentos de identidade

(1) Ver a crítica de Herzfeld (2005).

pessoal como um instrumento tecno-político enredado numa série de regimes éticos e que produz efeitos concretos para a sensação de cidadania e pertencimento (VON SCHNITZLER, 2013).

1. TECNOLOGIAS DE GOVERNO

Nesta época de descentralização e incorporação de atores variados na maquinaria de governança, pesquisadores geralmente rejeitam a imagem reificada de um Estado monolítico. A noção de um Estado “acima” da atividade banal do dia a dia, ou mesmo que “engloba” as populações, se mostrou inadequada para a compreensão da complexa situação atual (FERGUSON; GUPTA, 2002). Analistas evocam, ao invés, a imagem de um “atol de coral” para falar de um Estado que se *espraia* em todas as direções na tentativa de coordenar o mosaico de serviços “estatais”, ONGs e órgãos filantrópicos. O problema que se apresenta é: como *articular* os diversos elementos dessa rede quando a informação mais rudimentar continua esmigalhada em serviços que não se comunicam entre si??

Pesquisadores descrevem como, ao longo dos últimos dois séculos, foram desenvolvidas técnicas para consolidar a soberania dos Estados nacionais sobre seus súditos (HACKING, 1990; FOUCAULT, 1978; SCOTT, 1998). O censo nacional registrava e, ao mesmo tempo, criava a “população”, um conjunto de indivíduos anônimos. Contudo, foi preciso desenvolver mecanismos de *identificação individual* para garantir o bom funcionamento de um sistema envolvendo obrigações e benefícios cidadãos, tais como impostos, serviço militar e pensões. No caso brasileiro, cabe pensar na atribuição, além do “DNI” (Documento Nacional de Identidade), dos números de CPF, PIS/PASEP e da carteira eleitoral. Na longa cadeia de mediações entre a emissão de um número no papel e a cobrança (ou empoderamento) de determinado indivíduo, porém, existem inúmeras oportunidades de *derrapagem* (fraude, erro, substituição).

Surge então a importância de mecanismos de biometria: fotos, impressões digitais e perfis de DNA. Hoje temos tecnologias engenhosas de biometria empregadas nas regiões mais diversas do globo. Vide situações como no interior de Quênia, onde, para a maior eficiência na distribuição de ajuda emergencial a camponeses interioranos que não possuem documentação alguma, os funcionários do programa introduziram um sistema de biometria no qual basta que a pessoa

(2) No caso brasileiro, chama-se atenção à dificuldade de contabilizar as certidões de nascimento, emitidas por diferentes cartórios semiprivados, ou de compatibilizar os documentos nacionais de identidade, emitidos por cada estado.

aperte o dedo contra a máquina com luz ótica para garantir sua identificação (DONOVAN, 2013). Mas há também as situações de controle militar – no Iraque, por exemplo, onde máquinas americanas analisam a íris das pessoas passando pelos vários *checkpoints* – prevenindo contra terroristas (MAGUIRE, 2009). E, obviamente, temos os testes de DNA para a identificação criminal – que devem detectar os assassinos e estupradores em série (SCHIOCCHET, 2012).

Em outras palavras, os documentos pessoais, considerados indispensáveis para aceder à cidadania plena, também são usados para excluir e discriminar bom número de pessoas. São usados para abrir caminhos, mas também para controlar e reprimir (DAS; POOLE, 2004). É justamente por causa das possibilidades abertas dos documentos de identificação – ora usados para controlar e reprimir, ora para garantir os “direitos de cidadão” – que proliferam os embates e as ambivalências no que diz respeito à *articulação* dos sistemas de informação. Por um lado, existem os críticos preocupados com os excessos de uma “sociedade de vigilância” (LYON, 2001). Em nome da preservação dos direitos, recomendam a clara demarcação dos limites de cada sistema – evitando, por exemplo, que os registros de identificação civil se confundam com os da polícia (NEGRETE, 2014; SCHIOCCHET, 2012). Por outro lado, pergunta-se se tal clareza de limites é possível. Analistas lembram quão rapidamente as tecnologias inventadas para o controle de fronteiras e a repressão de criminosos foram apropriadas por governantes para a administração civil dentro de fronteiras nacionais (MAGUIRE, 2009). É compreensível, hoje, que administradores públicos procurem maximizar a eficácia de seu trabalho através da articulação dos sistemas. Ademais, dada a natureza das tecnologias contemporâneas, é cada vez mais difícil garantir a confidencialidade dos dados ou a segregação de sistemas informacionais.

Para governar no contexto moderno, é necessário mais do que identificar os indivíduos. É preciso conhecê-los. Para forjar políticas públicas para a parte pobre da população, por exemplo, é necessário saber não só *quem* são (nomes), mas também *como* são (idade, sexo, ocupação, nível de educação, etc.). Com a ânsia de governar, nasce a compulsão de forjar “indicadores sociais” para alimentar os diagnósticos e planos do futuro. É nesse processo de planificação que se produz a imagem de um governo capaz de “domesticar o aleatório” (HACKING, 1990).

O problema é que, com cada nova geração, novas filosofias políticas e novos instrumentos de medição mudam a concepção de “população” e o que se procura na “caracterização” desta. Os indicadores de ontem – considerados estreitos demais ou mal direcionados – se mostram inadequados para as análises de hoje. E, assim, especialistas que produzem novos sistemas, reconhecendo a imprevisibilidade de demandas futuras, procuram estabelecer uma base cada vez mais compreensiva de informações que inclui uma diversidade de fatores. Por exemplo, em razão das intermináveis discussões sobre como traçar a “linha da pobreza”, as estatísticas

devem responder não só às atuais definições de pobreza, mas também às eventuais definições futuras (LAVINAS, 2014). Dessa maneira, a vanguarda de especialistas brasileiros em planejamento, aproveitando o exemplo de seus colegas ultramar (administradores da União Europeia), chegaram à ideia de um cadastro unificado de indicadores sociais. Junto ao cadastro unificado – uma espécie de *passé-partout* das políticas sociais– nasce mais um parâmetro de identificação pessoal: o NIS (Número de Identificação Social).

[D]iante da existência de inúmeros cadastros administrativos, que não dialogam entre si e se encontram dispersos em diversos órgãos [...], a prioridade da área social tem sido constituir um registro único de controle administrativo [...] e um número de identificação social (NIS) para todos os brasileiros, possível graças à construção de uma chave única pra gerar novos cadastros (LAVINAS, 2005).

A ideia do cadastro único parece ótima no papel. Do ponto de vista do planejador, representa o ponto culminante da ciência de identificação – uma tecnologia capaz de dotar de coerência o sistema de políticas sociais. Entretanto, como os estudos de ciência e tecnologia nos mostram repetidamente, nenhuma tecnologia é de aplicação universal. As diferentes formas tecnológicas surgem a partir de “arranjos” (*assemblages*) historicamente situados, enredados em noções específicas sobre pobreza, virtude cívica, empreendedorismo e participação popular. Raramente uma forma tecnológica consegue “viajar” no tempo ou no espaço sem sofrer sérias alterações (ONG; COLLIER, 2005; MAGNET, 2011).

Contudo, nossa preocupação aqui não é com o êxito da tecnologia tanto quanto com a experiência dos “consumidores”. Trabalhamos a partir da hipótese de que novas técnicas de informação e gerenciamento de programas sociais têm efeitos concretos na maneira em que as pessoas se situam no mundo em relação a vizinhos, familiares e nação. Para explorar essa hipótese, acompanharemos nos seguintes parágrafos os passos de Bruna, uma jovem mãe de família de um bairro popular de Porto Alegre, na sua tentativa de aceder aos benefícios do Cadastro Único. Veremos como o caminho até a emissão dos diferentes documentos necessários para a inscrição é longo, com episódios associados a momentos intensos da trajetória pessoal da moça. Nesse sentido, poderíamos sugerir que os próprios documentos têm uma biografia. Os documentos pessoais fazem parte de uma infraestrutura burocrática de governo, mas não se trata de uma burocracia impessoal (HERZFELD, 1992, 2005; HULL, 2012; LOWENKRON; FERREIRA, 2014). A etnografia mostra como é impossível falar da trajetória de Bruna ou da biografia dos documentos sem considerar a atuação dos mediadores – isto é, os trabalhadores sociais e pequenos funcionários inseridos no sistema e que exercem suas próprias formas de *agência*.

2. BRUNA: UM DOS 3.4 MILHÕES AINDA “INVISÍVEIS”

Bruna, uma menina franzina com ar de adolescente, tem 21 anos. É mãe de dois filhos – hoje com cinco e dois anos. Comentando sua própria trajetória, ela caracteriza seus anos de juventude como “uma fase de muita revolta”. Por causa de suas atitudes contestadoras, foi expulsa do colégio com onze anos de idade, se revoltou contra a autoridade dos pais adotivos, morou na rua (porém, sempre voltando para casa nos fins de semana) e usou muitas drogas. Hoje, com o “pai” (de fato, avô materno) falecido, ela mora com sua “mãe” (viúva do avô), Dona Vera, e os quatro outros netos que essa senhora idosa cria, com idades entre oito e doze anos. Há décadas, Dona Vera mora na casinha, localizada no meio de um labirinto de ruelas no lado leste de Porto Alegre, onde nem esgoto nem eletricidade chegam. Durante as frequentes chuvas fortes, chove dentro da cabana de madeira, inundando a casa inteira e dando a impressão de que a qualquer momento a casa, balançando precariamente nesse terreno em forte declive, vai cair morro abaixo. Por ser uma área de preservação e de difícil acesso, essa família, tal como seus vizinhos, não consegue que a prefeitura instale a infraestrutura urbana mínima. Sem serviço municipal para a coleta de lixo, muitos vizinhos simplesmente jogam seu lixo “morro abaixo” – fazendo com que o terreno de Dona Lena, na parte baixa, se transforme num grande lixão.

Não é surpreendente, nesse cenário, que Dona Lena receba diversos benefícios públicos no montante de cerca de \$1.200 mensais. Com esse dinheiro, ela nos explica: “não passamos fome, mas continuamos pobres” (SCALCO; CASTRO; RIBEIRO, 2014, p. 16). O surpreendente é que, mesmo sem renda alguma e com dois filhos pequenos, Bruna nunca recebeu qualquer benefício estatal. Agora que ela resolveu “correr atrás”, ela ouve frequentemente a pergunta, “Mas como? Como que não foi atrás [dos benefícios] até hoje?”. Bruna oferece respostas variadas. Para a assistente social da igreja católica local, ela diz que “era complicado demais, não tinha os documentos”, para a antropóloga, ela diz que preferia trabalhar, “achava que não ia precisar”. Sem dúvida, há uma combinação de fatores – incluindo certa vergonha combinada a uma autodefinida rebeldia – para explicar esse “não correr atrás” de Bruna.

Mas sabemos que o programa Bolsa Família prevê esse tipo de situação – fato sublinhado por um artigo jornalístico do fim de setembro de 2014, que trouxe como manchete: “Busca pelos ‘excluídos do Bolsa Família’ encontra os brasileiros invisíveis” (BEDINELLI, 2014). O artigo conta como, em certa zona interiorana de Maranhão, a equipe da prefeitura, com seu programa de “busca ativa”, consegue levar o

programa Bolsa Família até as famílias mais isoladas³. O tom elogioso da matéria⁴ explica por que as pessoas ficam tão surpresas pelo fato de que Bruna e seus dois filhos, morando a 20 minutos do centro de Porto Alegre, permaneceram durante cinco anos “invisíveis”. Mas, ao deixar os “indicadores sociais” milagrosos e considerar pesquisas qualitativas de regiões urbanas de baixa renda, ficamos menos surpresos. Na dissertação de Eger (2013), por exemplo, aprendemos como, em Alvorada, município da região metropolitana de Porto Alegre, a equipe da prefeitura tem medo de penetrar dentro das ruelas afastadas das avenidas principais. Conforme nossas observações, a situação não seria tão diferente na vizinhança de Bruna.

De fato, os instrumentos usados para captar “fome” em termos estatísticos ainda são precários. Vide o Relatório da *Food and Agriculture Organization* (FAO) (FAO, 2014, p. 15, tradução nossa):

Medidas confiáveis quanto à distribuição e severidade da insegurança alimentar dentro de um país exigem informação ao nível individual que não é normalmente disponível. Essa falta de dados diretos e precisos quanto à segurança alimentar dos indivíduos torna impossível medir a prevalência da deficiência calórica crônica para além do nível nacional. Medidas atuais se referem ao indivíduo médio da população, mas não identificam quem são as pessoas com insegurança alimentar nem onde moram. Ações para aprimorar a disponibilidade de dados sobre segurança alimentar incluem a coleta de dados sobre consumo de alimentos em levantamentos nacionais de domicílios a grande escala. Contudo, superar problemas metodológicos e estabelecer tais levantamentos como base para a avaliação comparativa regular da insegurança alimentar no mundo vai exigir tempo e recursos financeiros e humanos adicionais significativos.

Enquanto o relatório da FAO reitera a necessidade de mais levantamentos quantitativos, gostaríamos de destacar a eventual importância de pesquisas *qualitativas* para preencher lacunas criadas pela abstração de dados estatísticos.

(3) O artigo traz uma errata falando do número exato de pessoas passando fome: “Em um primeiro momento, foi publicado que 10 milhões de pessoas no Brasil não tinham o que comer. O dado correto é 3,4 milhões”.

(4) Com o Brasil em plena época eleitoral, os dados assumiram uma dimensão épica. Conforme matéria publicada em setembro no *site* ONU/Br, “[...] o Brasil conseguiu diminuir em 50% o número de pessoas que passam fome”, tirando o Brasil da lista de países onde há insegurança alimentar endêmica. Nessa matéria, omite-se menção do período usado como base do cálculo. Consulta ao Relatório FAO original (2014) sugere que a fome diminuiu por 50% num período de 23 anos, de 1989 a 2012. O Programa Fome Zero iniciou em 2003. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/brasil-reduz-em-50-o-numero-de-pessoas-que-passam-fome-diz-onu/>>. Acesso em: 25 set. 2014.

3. A “BIOGRAFIA” DOS DOCUMENTOS

Voltemos agora para uma das razões dadas por Bruna para explicar por que nunca havia procurado o Bolsa Família: “Era complicado, não tinha os documentos”. Contudo, ao consultar o *site* do Caderno Único (CadÚnico), vemos que a documentação não é extensa. Exige-se para o Responsável Familiar CPF ou título de eleitor, e para os demais membros da família qualquer documento de identificação (i.e., carteira de identidade, CPF, título de eleitor, certidão de casamento ou nascimento, carteira de trabalho). De fato, Bruna já possuía os documentos necessários. Mas é possível que a menina fosse apreensiva por prever um novo calvário burocrático. Ao narrar suas experiências anteriores, lembra como cada um de seus documentos era associado a algum tipo de enfrentamento com a burocracia estatal ou alguma negociação tensa com companheiro, avó e familiares. Em outras palavras, esses documentos, pedaços inertes de papel, carregavam a lembrança de emoções particulares. Têm – eles mesmos – certa biografia que é intimamente interligada com a história de Bruna. Vale a pena recuar um pouco, agora, para que se entenda algo dessas investidas emocionais.

Bruna tinha 15 anos antes de se importar com qualquer documento de identidade. Seu primeiro filho adoeceu quando tinha três meses de idade e os funcionários no Hospital da PUC, onde o bebê foi internado, ameaçaram enviá-lo para um abrigo a não ser que Bruna aparecesse com a devida documentação. Parece que, pela primeira vez, Bruna sentiu a necessidade de possuir identificação oficial. Até então, diz que “não tinha nada, nada. Quando vivia na rua, a polícia corria atrás, levava na delegacia [...] Ninguém tinha documentação”.

Precisava agora de uma **certidão de nascimento do bebê**. Inicialmente, Bruna havia adiado o registro da criança, pois queria que constasse o nome do pai no documento. E, pelo que Bruna conta, o pai também queria. Contudo, as circunstâncias eram “muito complicadas”: ela era menor de idade; ele era casado com outra e foi preso por assalto pouco tempo depois do nascimento do bebê. Assim, foi preciso a “chantagem” exercida por uma funcionária do hospital para que Bruna resolvesse agir, registrando seu filho sem o nome do pai.

Em princípio, nada mais fácil. Cartórios emitem com relativa facilidade o registro de nascimento mediante apresentação da DNV (declaração de nascido vivo) fornecida pelo hospital onde ocorreu o parto⁵ junto com a carteira de identidade da mãe e do pai. O problema é que Bruna não possuía, ela mesma, o documento necessário. Para fazer sua própria **carteira de identidade**, Bruna já sabia:

(5) Mesmo para pessoas adultas sem nenhuma documentação, facilita-se o “registro”. Basta levar dois testemunhos devidamente documentados que garantem o lugar, a data de nascimento e a filiação alegados (RICHTER, 2012).

precisava se dirigir para o *Tudo Fácil*, serviço público no centro de Porto Alegre (apelidado popularmente de “Tudo Difícil”). Sem 16 anos completos, ela teria que levar junto a mãe ou o pai – devidamente documentados. E, no caso dela, a “mãe” que a criava não era a mãe cadastral – o que traria mais uma complicação. Mas Bruna não se lembra dessas dificuldades. Pode ser porque a avó (mãe adotiva) de Bruna se mostra uma administradora bastante competente dos documentos familiares. Essa senhora já havia sido uma das primeiras no Morro a conseguir Bolsa Família quando Bruna ainda era criança (só perdeu o benefício quando a menina abandonou a aula). E, recentemente, prevenindo futuras complicações, essa velha senhora levou a documentação dos quatro netos para fazer a carteira de identidade de cada um, completa com CPF. Diz que estava ficando constrangida de, em cada consulta médica, em cada nova matrícula escolar, sempre apresentar os “registros” das crianças – documentos velhos e amassados, alguns manchados da água de chuva que pingava na gaveta onde guardava esses “papéis importantes”. Não é, portanto, surpreendente que Bruna tenha encontrado com bastante facilidade os elementos necessários para “tirar a carteira”. Todo o resto – foto, impressão digital – foi fornecido sem custo no *Tudo Fácil*.

Pode ser que essa primeira experiência de documentação tenha inspirado em Bruna a sensação de que poderia levar adiante a regularização de sua situação, pois pouco tempo depois fez sua **carteira de trabalho**. Já tivera um primeiro trabalho cuidando das crianças de uma vizinha, mas ela queria um emprego “de carteira assinada”. Quiçá ela tenha consultado o *Diário Gaúcho*, como ela faz hoje, para consultar os pequenos anúncios, e saído em busca de um trabalho. Em todo caso, de alguma maneira encontrou uma firma de limpeza que a prometeu emprego à condição que ela aprontasse a documentação necessária. Assim, Bruna entrou em um espiral regressivo de exigências: para a carteira de trabalho, precisava de CPF; para o CPF, precisava do título eleitoral e, para o título eleitoral, precisava *apenas* da carteira de identidade – o que já possuía.

Carteira de identidade → Título eleitoral → CPF → carteira de trabalho

Mais uma vez, foi ao *Tudo Fácil*, que realizou a maior parte dos trâmites. Essa vez, o que ficou na memória da Bruna foi o trajeto que precisou fazer para conseguir o **título eleitoral** (único documento que o *Tudo Fácil* não emite). Não tinha dinheiro para o ônibus, e a longa caminhada de quase 12 km, do Morro da Cruz até o escritório do Tribunal Regional Eleitoral na Avenida Beira-Rio, levou mais de duas horas. A ironia: quando finalmente chegou ao escritório, ouviu do funcionário que naquele momento (de período eleitoral), não estavam emitindo o documento almejado, “mas me deram um papelzinho” (um atestado que serviria para tirar o

CPF). Com o CPF em mãos, Bruna poderia alcançar seu objetivo final – a carteira de trabalho e, com esta, não só um emprego que valia a pena, mas também um número de inscrição no Seguro Social (INSS) e o “número de identificação social”.

A **certidão de seu segundo filho** de novo colocou desafios à documentação da família. Depois de repetidas brigas com seu segundo companheiro (pai do menino), Bruna perdeu a paciência e “tirou o registro” só no nome dela. Porém, mesmo depois da separação conjugal, esse (agora ex-) companheiro ainda dá uma ajuda – se não mais em forma de dinheiro, pelo menos em forma de pequenas doações de leite, fraldas e roupinhas. Seu outro esteio econômico é a avó, com quem ela e seus filhos moram até hoje. Apesar de receber Bolsa Família para os quatro netos, a avó nunca tentou incluir os filhos de Bruna nos benefícios, pois “não queria tirar de Bruna a autoridade” sobre os filhos. Desde a última gravidez, quando Bruna ficou sem emprego e sem sustento próprio, se acirraram as pressões para ela se valer dos seus “direitos” enquanto mãe de família, e aceder ao Bolsa Família. A avó, sem dúvida, foi quem primeiro fez pressões, mas o ex-companheiro, vizinhas, a assistente social da igreja e a própria antropóloga também somavam-se à lista de pessoas que achavam lógico que Bruna procurasse seus “direitos”. É sem dúvida a delicada administração moral e material dessas diversas relações de interdependência que nos ajuda a entender o *timing* da inscrição de Bruna no CadÚnico.

Cabe agora lembrar as observações de Mariza Peirano (2006) sobre os documentos de identidade no Brasil. Nas suas análises do “Estado em ato”, essa antropóloga foi pioneira na desconstrução da dicotomia que colocava a racionalidade do Estado de um lado da equação e os sentimentos subjetivos dos cidadãos (identidade, solidariedade, etc.) do outro. Mas enquanto Peirano (2006) toma como universo empírico os usos e significados dos documentos no seu uso cotidiano, nós nos concentramos no momento da produção dos documentos – isto é, os afetos e moralidades envolvidos nas etapas burocráticas ligadas à emissão dos documentos.

A descrição dos passos de Bruna à procura dos papéis necessários para alcançar seus “direitos cidadãos” evoca ainda outro autor, Herzfeld (1992), sobre o funcionamento burocrático do Estado. Trabalhando com base na noção (já mencionada acima) do Estado não como entidade bem limitada, mas sim como “arquipélago” de autoridades e serviços, Herzfeld (1992) coloca a pergunta: como se cria a crença em um Estado coerente e racional?⁶ Sua resposta coloca em destaque os rituais cotidianos das práticas burocráticas. São os formalismos administrativos da burocracia, eternamente reiterados e apoiados na retórica da ação previsível,

(6) Rejeitando a dicotomia “racionalidade X crença”, Herzfeld não está endossando estereótipos de “falsa consciência” ou “ideologias”. Está tentando entender o ordinário no funcionamento dos Estados democráticos contemporâneos.

que tornam o “poder” do Estado tão convincente. A ênfase em instrumentos escritos – caracterizados pelo “desinteresse” ou “neutralidade”, teoricamente livres dos vícios de contexto tão presentes na oralidade – seria central ao ideal de um Estado moderno, regido pela lógica racional.

Consideramos que os documentos de identidade são um *locus* privilegiado para observar esses ritos burocráticos, e para desmistificar a “neutralidade” da escrita ou o “desinteresse” das pessoas envolvidas na sua produção e uso. Na primeira parte de nossa análise sobre a “biografia” dos documentos, evocamos as tramas afetivas e morais envolvidas na fabricação desses documentos do ponto de vista do sujeito a ser documentado. Mas é fundamental reconhecer que, pelo menos na proposta de Herzfeld, todos acreditam na racionalidade objetiva da burocracia, desde os mais altos burocratas até os usuários mais humildes. Em escritas mais recentes, esse autor vai seguir adiante, propondo romper com a oposição Estado X usuários, insistindo no afeto, na moralidade e na criatividade do cidadão comum, mas também dos próprios burocratas (HERZFELD, 2005). Queremos, na parte final de nossa análise, ficar atentas justamente a essa dimensão – a atuação dos funcionários – nas cenas que acompanhamos.

4. A IMPORTÂNCIA DOS INTERMEDIÁRIOS DA BUROCRACIA ESTATAL

Foi numa quarta-feira bem fria do fim do inverno de 2014 que Lúcia e Bruna resolveram iniciar os trâmites para que esta fizesse inscrição no CadÚnico. Bruna havia descoberto o endereço – o Conselho Regional de Assistência Social (CRAS) da Zona Leste, a uns 3 km de onde mora Bruna. A pesquisadora se ofereceu para levá-la, junto com seu filho menor, de carro. Porém, chegando ao endereço indicado, foram informadas de que, na primeira visita, a pessoa deveria chegar segunda de manhã ou terça de tarde. Em outras palavras, havia um problema de horário. A “porta de entrada” do sistema era, em termos temporais, bastante estreita: dois turnos por semana.

Bruna, junto com seu filho de dois anos, voltou na semana seguinte no horário indicado, se encontrando numa grande fila de pessoas procurando os mais variados auxílios: alojamento social (Minha Casa, Minha Vida), auxílio social de eletricidade e telefone, além do Bolsa Família. No seu relato, Bruna sublinha que chegou cedo, para garantir o pronto atendimento, mas afinal não fez diferença alguma. Quando abriram as portas, as pessoas passaram a ocupar os assentos de um

pequeno auditório onde receberam um manual de instruções sobre o Cadastro Único e escutaram uma palestra. Para grande decepção dela, mais uma vez, veio embora de mãos vazias. Tinha apenas um “recibo” onde, escrito a mão, constava um dia e horário para ela voltar trinta dias depois. Agora, Bruna – avisada por outra pessoa da fila que podia ganhar até R\$ 400,00 por mês – estava ficando ansiosa. Sabia que a inscrição no Cadastro Único seria apenas um mês depois. Teria ainda outra espera até receber a resposta de Brasília se ela ganharia ou não o benefício. Perguntava-se: será que conseguiria manter sua família por tanto tempo sem essa ajuda?

Bruna foi aprendendo, junto com a antropóloga, que havia muitos “conhecimentos tácitos” (TRAWEEK, 2014) – além dos horários de atendimento – que devia adquirir para fazer o processo andar. No primeiro dia, quando chegaram ao CRAS no horário errado, Lúcia teve uma sugestão. Para não “perder a viagem”, por que não passar no serviço social do “Murialdo” (igreja católica muito atuante no bairro), onde poderiam, quiçá, inscrever o filhinho de Bruna na creche? Acabaram indo, e lá foram atendidas por uma funcionária (no caso, psicóloga) que, sabendo que estavam “tentando o Bolsa Família”, insistiu que seria muito importante falar *primeiro* (i.e, antes de ir ao CRAS) com a assistente social de Murialdo. Iria “facilitar” as coisas. Para tanto, teriam que vir em outro dia, no horário de atendimento adequado.

Assim, a dupla voltou para a sede paroquial no dia seguinte – Bruna, um pouco descrente, sendo levada por Lúcia. A assistente social de Murialdo primeiro consultou o sistema informatizado para averiguar se os filhos de Bruna não estavam arrolados no Bolsa Família da bisavó deles (pois uma inscrição dupla poderia invalidar todo o processo). Depois, partiu para outros conselhos, particularmente sobre como declarar o endereço. Alertou Bruna que o CadÚnico funciona por unidade doméstica, sempre com *um* só “chefe de família”. Assim, se ela declarasse o mesmo endereço que sua avó, haveria problema. Seria preciso inventar algo como “Casa B”, frisando que mora “no pátio de” e não “na casa de” sua avó.

A assistente social, assim como os outros da equipe dela, mostrava satisfação evidente nessa possibilidade de dar orientações, ensinando as pessoas a “se adequar” ao sistema. Não é por acaso que entre as primeiras orientações está a que diz respeito ao endereço. Os funcionários do serviço social, com longa experiência, reconhecem a dificuldade que os “usuários do sistema” – pessoas geralmente com poucos recursos – têm para encontrar um “atestado” de endereço fixo. Bruna, por exemplo, não possui faturas de utilidades públicas (água, luz), nem com o endereço da avó. Tal como a maioria de suas vizinhas, só tem acesso extraoficial a esses serviços (via “gatos” ou “de favor” pelos vizinhos). Ainda na época de pedir “auxílio maternidade”, Bruna pegou “emprestado” o endereço de uma amiga (que, aliás, precisou ir junto com ela para o INSS, dar entrada no processo). Quando baixou hospital para ganhar nenê, deu esse mesmo endereço onde chegou a receber a carta resposta (negativa) do INSS. Agora, ela está esperando que essa carta satisfaça as exigências

para um atestado de endereço dos funcionários do CadÚnico. No entanto, esses dias, Bruna aprendeu que existe outra alternativa: as vizinhas que administram a Associação de Bairro do Morro da Cruz estão dando “atestado” de residência na forma de uma simples declaração... E, em muitos casos, essa declaração é aceita.

É impressionante a variedade de arranjos burocráticos que encontramos para contornar a dificuldade que os “usuários” têm para produzir um “atestado”. Às vezes as orientações oficiais frisam, numa lista escrita, a necessidade da comprovação de residência, mas, por algum motivo, o funcionário “esquece” esse detalhe. Foi o que aconteceu com Bruna quando tirou o título eleitoral. Às vezes, o atestado não entra na lista dos documentos exigidos no *site* oficial, e aparece durante as orientações informais. É isso que aconteceu com Bruna no CRAS depois de assistir à palestra sobre o CadÚnico. No papelzinho que recebeu avisando a hora e a data de sua próxima consulta, constam – além dos documentos obrigatórios – os documentos que “qualificam o cadastro”. Aqui, junto com outros itens não mencionados no *site* oficial (“vinculação ao posto” e, para crianças de seis a quinze anos, “atestado de matrícula”), encontramos “comprovante de residência” seguido de um esclarecimento entre parênteses: “não obrigatório”.

Encontramos essa mesma ambiguidade quanto aos documentos “indispensáveis” repetida nos diferentes *sites* da Internet. Por exemplo, para tirar a carteira de trabalho, consta no endereço eletrônico oficial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) um slide que não menciona nem CPF, nem comprovante de residência. Em páginas disponíveis do mesmo MTE, os estados do RS e MG incluem ambos os documentos na lista de itens necessários. Exatamente o que significa esse entra-e-sai de documentos relevantes para o Cadastro Único (aliás, o que significa “qualificar o Cadastro”)... Somente os funcionários para explicar. Mas é exatamente aí que queremos chegar – na *criatividade* dos funcionários.

Certamente há uma boa dose de “normalização” foucaultiana nas atividades dos funcionários do Estado. Por exemplo, quando a assistente social do hospital ameaça mandar o bebê de Bruna para o abrigo, está exercendo um poder discricionário. Bruna já havia sido internada para o parto de seu filho, sem sentir a pressão de ter documentos. A cobrança feita depois de a criança adoecer não é fruto de uma norma rotineira do hospital, mas sim da avaliação de determinado funcionário (ou sua equipe). A relutância de Bruna em passar no serviço social de Murialdo sem dúvida tem a ver com sua apreensão da pergunta moralmente carregada: “Mas, como!? Teu filho tem cinco anos e só agora você vai atrás dos benefícios?” Poderíamos elencar muitos outros episódios onde os funcionários dos serviços estatais exercem uma influência normativa sobre os comportamentos.

Contudo, tal como Eger e Damo (2014) comentam na sua análise do Programa Bolsa Família em outro bairro de Porto Alegre, os trabalhadores sociais não

são pessoas passivas, simplesmente aplicando valores e expectativas programáticos. Suas atividades tomam início nos critérios e controles definidos no âmbito do Bolsa Família. À medida que adentram na prática de seu ofício, contudo, esses funcionários são obrigados a repensar suas atividades em função dos princípios de uma economia moral negociada junto com os sujeitos de intervenção.

Vindo ao encontro dessa perspectiva analítica, Michael Herzfeld (2005) reitera a necessidade de atentar para o caráter dinâmico da atuação dos funcionários estatais. Por isso, frisa a necessidade de etnografar os “burocratas” enquanto mediadores criativos que fornecem uma flexibilidade indispensável para o bom funcionamento das estruturas formais. Essa “flexibilidade” seria calcada em experiências práticas que muitas vezes fogem da compreensão dos projetos “modernistas” dos planejadores. Nisso, ele coincide com outro analista da lógica estatal, James Scott (1998). Contudo, onde Scott enfatiza “as armas dos fracos”, isto é, a criatividade das pessoas comuns, Herzfeld insiste na criatividade dos funcionários. Frisa que burocratas, assim como “usuários do sistema”, são elementos integrantes do que chamamos “o Estado”. Trata-se de um Estado que, sendo um produto histórico, vai ser inevitavelmente uma “bagunça permanente” (*incurably messy*). E, queiram os burocratas ou não, eles geralmente constituem um elemento importante dessa desordem.

5. REFLEXÕES FINAIS

Dirigimos nossas reflexões finais para os possíveis usos deste material “anedotal” para o planejamento de tecnologias de identificação. Reconhecemos que, do ponto de vista dos administradores públicos, é importante pensar em sistemas articulados de informação que permitem a identificação rápida e eficiente dos cidadãos, atribuindo direitos e obrigações adequadas. Mas para essas tecnologias funcionarem, é preciso que façam mais do que simplesmente “identificar” os indivíduos, é necessário que permitam um sentimento de ligação entre o “usuário” do sistema e a coletividade em que está participando, isto é, uma sensação de pertencimento cidadão.

No seu artigo sobre documentos e cidadania no Brasil, Peirano (2006) procura matizar a dicotomia dumontiana em que, distante das sociedades tradicionais “holistas”, a sociedade moderna destacaria o valor do indivíduo independente e livre de amarras sociais. Peirano (2006, p. 126) comenta como, na cidade interiorana de Rio Paranaíba, era o empregador (ou o sindicato da categoria profissional) que providenciava o título eleitoral de um sujeito. Esse documento ligava o “ci-

dadão ao empregador, e só secundariamente aos outros eleitores”. A partir dessa ótica, a autora questiona as conotações necessariamente negativas atribuídas por pesquisadores à “personalização” dos direitos políticos – como se a rede de dependências pessoais fosse incompatível com a cidadania moderna. E reflete sobre o possível impacto de um programa governamental de “desburocratização” (iniciada no final da década de 1970), que visava colocar os indivíduos diretamente em contato com o Estado nacional. Será que esse programa não estava criando obstáculos a um processo em que a identidade cidadã e a própria sensação de participação política se alicerçavam em bases mais “sociais”?

Num artigo instigante sobre relações de dependência, trabalho e a noção de pessoa, James Ferguson (2013) traz as preocupações de Peirano para o contexto amplamente urbanizado da África do Sul. Também fala de um modelo tradicional em que as pessoas alcançavam reconhecimento através da inclusão em relações hierárquicas de trabalho. Contudo, frisa que, no atual modelo econômico, não existe trabalho para a maioria das pessoas. Nessas circunstâncias, “não é a dependência, mas a ausência [da dependência] que é realmente aterrorizante – a quebra dos liames, e a queda no vazio social” (FERGUSON, 2013, p. 232). O autor passa então para o exame das políticas sociais atuais, questionando (tal como Peirano questionava a desburocratização) a ansiedade dos intelectuais progressistas em liberar os cidadãos de dependências hierárquicas. Sugere que, para muitas pessoas, passar por um intermediário local para aceder aos direitos de cidadão implica um “laço humano e social (antes do que tecnocrata e associal) entre o estado e o cidadão” (FERGUSON, 2013, p. 236). Aqui, o medo principal não é a desigualdade social; é (o que Ferguson chama) a “desigualdade associal” onde impera o discurso emancipatório liberal em vez de uma linguagem inteligível de cuidado, conexão moral e obrigação responsável.

Peirano (interior mineiro dos anos 1980) e Ferguson (África do Sul contemporânea) estão escrevendo sobre contextos bem distintos do de Bruna. Entretanto, ao rever a “biografia dos documentos” via a história de Bruna, torna-se evidente o quanto cada passo dessa moça reflete uma negociação de relações. Ao aceitar fazer seu primeiro documento de identidade, ela se distancia de sua turma de rua; ao estabelecer a certidão de nascimento de seu primeiro filho, ela desiste de reivindicar uma relação pública com o pai do menino; ao pedir o Bolsa Família, ela estará atenuando sua dependência tanto da mãe quanto do pai de seu segundo filho... Em troca, será que o aparato estatal oferecerá, além do aporte material, uma conexão social?

Bruna não está rompendo com suas relações sociais. Com o Bolsa Família, ela estará se reposicionando dentro dessa rede. Mas cabe refletir sobre a maneira em que o próprio auxílio social vira “ator” nessa constelação de relações, junto com os funcionários que operacionalizam esse benefício. Nesse sentido, cabe a obser-

vação de Peirano (2006, p. 131):

Tendo em vista que a burocracia faz as vezes de grupo intermediário entre o Estado e o cidadão, a questão que se coloca então é a de se pensar no problema da burocracia a partir de novos modelos de organização – não necessariamente “de cima para baixo”, mas também na direção inversa.

De volta à “agência” dos mediadores, reiteramos que os encarregados da burocracia não devem ser vistos como meros executores de regras. Como vimos acima, são solicitados para facilitar os processos da máquina estatal e, muitas vezes, eles mesmos mostram evidente orgulho em atender essa demanda.

Assim, ao traçar a trajetória das pessoas na sua busca por documentos, nos aproximamos não só das subjetividades dos cidadãos comuns, como também percebemos a importância desses outros atores, os intermediários do aparato burocrático, que realizam o “Estado em ato”, estabelecendo os elos que ora reforçam, ora rompem com a noção de um governo frio e distante, e coproduzem sentimentos de pertencimento e cidadania.

REFERÊNCIAS

BAKEWELL, Oliver. **The Meaning and Use of Identity Papers**: handheld and heartfelt nationality in the borderlands of North-West Zambia. International Migration Institute, 2007 (Paper 5).

BEDINELLI, Tadeu. A busca pelos ‘excluídos do Bolsa Família’ encontra os brasileiros invisíveis. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de setembro de 2014.

CAPLAN, Jane; TORPEY, John (Eds.). **Documenting Individual identity**: the development of state practices in the modern world. Princeton: Princeton University Press, 2001.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DONOVAN, Kevin. **Infrastructuring Aid**: Materializing Social Protection in Northern Kenya. Cape Town: University of Cape Town, 2013. (CSSR Working Paper No. 333).

EGER, Talita Jabs. **Dinheiro e moralidade no Bolsa Família**: uma perspectiva etnográfica. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. DAMO, Arlei Sander. Money and Morality in the Bolsa Família. **Vibrant**, v. 11 n.1, p. 250-284, 2014.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food Insecurity in the World: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome: FAO,t2014.e e

FERGUSON, James. Declarations of dependence: labour, personhood, and welfare in southern Africa. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 19, Issue 2, p. 223–242, 2013.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neo-liberal Governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, n. 4, p. 981–1002, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HACKING, Ian. **The Taming of Chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HERZFIELD, Michael. **The social production of indifference: exploring the symbolic roots of Western bureaucracy**. London: University of Chicago Press, 1992.

_____. Political Optics and the Occlusion of Intimate Knowledge. **American Anthropologist**, v. 107, n. 3, p. 369-376, 2005.

HULL, Matthew. Documents and Bureaucracy. **Annual Reviews of Anthropology**, n. 41, p. 251–67, 2012.

JARDIM, Denise F. Etnografía entre aduanas. Reflexiones acerca de las formas difusas del control migratorio. **Revista Temas de Antropologia y Migracion** [online], n. 3, p.06-22, 2012.

JASANOFF, Sheila. **States do knowledge: the co-production of science and social order**. London/New York: Routledge, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: An introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAVINAS, Lena. **A Melhor Linha de Pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2005

_____. La asistencia social en el siglo XXI. **New Left Review**, Londres, n. 84, p. 7-48, 2014.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers, **Vibrant** v.11 n.2, p. 75-111, 2014.

LYON, David. **Surveillance society: Monitoring everyday life**. Philadelphia: Open University Press, 2001.

MAGUIRE, Mark. The birth of biometric security. **Anthropology Today**, v. 25, n. 2, p. 9-15, 2009.

NEGRETE, Claudio. Víctor Penchaszadeh. “Hay intereses económicos y políticos detrás de la sacralización del ADN”. **La Nación**, Buenos Aires, 31 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1722678-victor-penchaszadeh-hay-intereses-economicos-y-politicos-detras-de-la-sacralizacion-del-adn>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. Global Assemblages, Anthropological Problems. In _____, ed. **Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems**, Oxford: Blackwell, 2005.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

RICHTER, Vitor. **Seguindo as Vias: Declaração de Nascido Vivo, Identificação e Mediação**. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCALCO, Lucia; CASTRO, Heloisa C.; RIBEIRO, Marco. “A gente não passa fome. A gente passa dificuldade”: uma etnografia sobre família, alimentação, assistência e trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2014. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8970&Itemid=456. Acesso em: 28 fev. 2015.

SCHIOCCHET, Taysa (Coord.) Bancos de perfis genéticos para fins de persecução criminal. **Série Pensando o Direito**, v. 43. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

SCOTT, James. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

TRAWEEK, Sharon. **Translocal Knowledge Practices in Anthropology, Astrophysics, and Gender Studies**. In: AULA INAUGURAL DO SEMESTRE 2014/2 DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL UFRGS, Porto Alegre, 2014.

VON SCHNITZLER, Antina. Traveling Technologies: Infrastructure, Ethical Regimes, and the Materiality of Politics in South Africa. **Cultural Anthropology**, Houston, v. 28, Issue 4, p. 670–69, 2013.